

Impacto de pacote fiscal sobre docentes é incerto

> **Medidas anunciadas pelo Planejamento miram servidor público**

ANA BEATRIZ MAGNO E KELVIN MELO
comunica@adufjrj.org.br

Ainda é incerto o efeito do novo pacote de ajuste fiscal sobre os professores universitários. A única ameaça garantida é a elevação da contribuição previdenciária de 11% para 14% para os docentes concursados antes de 2013.

Especialistas ouvidos pela reportagem entendem que os ganhos salariais derivados da reestruturação da carreira devem ser mantidos. “Não temos aumento previsto para o ano que vem. O que temos é a reestruturação, com ganhos salariais parcelados em três anos - 2017, 2018 e 2019”, explica Eduardo Rolim, presidente

do Proifes, entidade nacional responsável pela assinatura do acordo que deu origem às mudanças. A primeira parcela já está na prévia de contracheque dos docentes. O Andes vai discutir o assunto no fim de semana, em Brasília.

Sobre o teto de R\$ 5 mil no início da carreira, os analistas ponderam que o primeiro nível do magistério federal já está abaixo, considerando os professores em regime de 20 horas, sem titulação.

Questionada sobre o eventual impacto do pacote no magistério federal, a assessoria do Ministério do Planejamento respondeu apenas que “as medidas anunciadas para a redução de despesas com pessoal estão sendo finalizadas internamente dentro do governo.

O detalhamento das ações propostas será divulgado oportunamente”. A aprovação do pacote fiscal ainda depende do Congresso Nacional.

DINHEIRO INSUFICIENTE

Se o futuro dos professores continua incerto, o presente das universidades não é confortável. Anunciada pelo MEC na sexta-feira (11), a liberação de R\$ 450 milhões para as universidades está longe de resolver os problemas. O pró-reitor de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças, Roberto Gambine, informou que a UFRJ terá direito a apenas R\$ 16,2 milhões do total, o que vai servir para “quase nada”: “É uma tensão. Vão liberando os recursos a conta-gotas”.

NOTA DA DIRETORIA

■ No último dia 11, o MEC anunciou a diminuição do contingenciamento e a liberação de R\$ 450 milhões para as universidades federais. A imprensa vinculou diretamente a decisão à nossa campanha *Conhecimento Sem Cortes*, ilustrando-a com foto do Tesourômetro, tirada na reunião anual da SBPC. O governo não recuou porque passou a considerar a universidade pública como prioridade mas devido à pressão da comunidade científica.

Ainda que pequena, diante da virulência do contingenciamento, trata-se de uma vitória da resistência aos cortes. Não cabe comemorar, mas aprender e refletir. A Adufjrj abriu várias frentes de mobilização contra o desmonte dos serviços públicos. Acompanhou o movi-

mento sindical nos protestos de rua, criou campanhas públicas contra a PEC 55, como a Brasil2036, e espalhou outdoors pelo estado contra a Reforma da Previdência.

A campanha *Conhecimento sem Cortes* continua a todo vapor, pois o contingenciamento ainda compromete o funcio-



Inauguração do Tesourômetro de Minas

namento do ano universitário de 2017. Ela sinaliza, todavia, um caminho capaz de obter resultados nesta conjuntura difícil: concentra-se em valores reconhecidos pelo público (a ciência e a educação); busca parcerias com associações científicas; constrói um símbolo de fácil entendimento pelo público e com apelo para a mídia; produz dados e informações confiáveis e de qualidade; usa assessorias profissionais para gerar repercussão nas redes sociais e conquista espaços de atuação dentro do Congresso Nacional.

Novas situações e momentos dramáticos exigem criatividade redobrada para ousar novas formas de luta. O recente recuo nos cortes é um sinal de sua efetividade.

Instalação precária preocupa professores da Arquitetura

SILVANA SÁ • silvana@adufjrj.org.br

Fotos: Sivana Sá

O incêndio no prédio da reitoria já completou dez meses, mas até agora pouca coisa voltou ao normal. A Administração Central não conseguiu recuperar o oitavo andar atingido pelas chamas. Também faltou dinheiro para obras das redes elétrica e hidráulica que abasteciam seis andares do edifício. A consequência é que professores e estudantes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e da Escola de Belas Artes, cursos sediados no local, continuam em situação precária. Boa parte das aulas tem acontecido em instalações improvisadas no Centro de Tecnologia e na Letras. A reitoria reconhece os problemas, mas não definiu prazo para soluções.



“Além de todas essas questões estruturais, há coisas básicas que também não foram solucionadas pela reitoria, como a constituição de uma brigada de incêndio. O que mais aflige é não termos o conhecimento claro de como agir em caso de outro incêndio.”

PABLO BENETTI

Professor do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo



“A gente ainda não tem uma vida acadêmica com condições mínimas de funcionamento. O que queremos são as obras de infraestrutura hidrossanitária e elétrica. Isto nos permitirá melhores condições. Precisamos de informações mais consistentes, ações permanentes.”

MAURO SANTOS

Diretor da FAU



“Nós retomamos as aulas com o compromisso da reitoria de atender a uma lista de demandas. Parte delas sem custos ou com custos muito reduzidos. Nada foi feito até hoje. A nossa comunidade está dividida: parte quer manter as aulas, outra parte entende que não é possível seguir sem infraestrutura adequada”

CLÁUDIA NÓBREGA

Chefe do Departamento de História e Teoria da FAU

Desde 3 de outubro, quando parte do prédio pegou fogo, as unidades acadêmicas não podem utilizar as instalações do quinto ao oitavo andar. Com isso, o Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (Proub) ficou desalojado e sem laboratório. Passou a funcionar no Centro de Tecnologia. Os cursos da EBA também estão fora do edifício – eles ocupavam o 6º e 7º pavimentos –, no CT e na Letras.

O professor Pablo Benetti, do Programa de Pós-graduação em Urbanismo, da FAU, citou suas dificuldades. “Estamos acampados e sem nosso laboratório, que é fundamental para que nosso programa continue funcionando plenamente. Era para eu ter finalizado um projeto em maio, mas pedi prorrogação do prazo até outubro para tentar ter tempo

hábil para finalizá-lo. Nossa rotina ficou muito prejudicada”, contou.

A subestação elétrica que atendia originalmente ao térreo e ao segundo andar passou a fornecer energia também para o terceiro e quarto pavimentos. Mas, para ter luz, os professores não podem usar equipamentos, como impressoras, micro-ondas para esquentar o almoço, fotocopiadoras, ar-condicionado. Parte dos corredores e escadas está às escuras. Luz e internet são intermitentes. No corredor da diretoria da FAU, dez aparelhos de ar-condicionado novos estão nas caixas, aguardando instalação.

A preocupação com a acessibilidade é constante. Apenas um elevador (de cargas) está em funcionamento, mas não existe ascensorista na maior parte do dia, o que obriga pessoas com dificuldade de locomoção a subirem até oito lan-

ces de escada. “Ainda mais agora, com a modificação da lei de cotas para atender pessoas portadoras de deficiência, a procura vai aumentar muito. Como uma pessoa cadeirante vai subir oito lances de escadas?”, questionou a professora Cláudia Nóbrega, chefe do departamento de História e Teoria da FAU.

“É uma situação muito difícil para nós, professores, mas mais ainda para os alunos”, completou a professora Niu-xa Drago, da FAU. “Foi-nos dada como opção a troca de turno, mas é inviável passarmos ao noturno, pois nosso curso depende muito da luz natural para as observações, os trabalhos, os projetos. É uma especificidade da qual não podemos abrir mão”, explicou a docente.

Cansado de muitas perguntas e poucas respostas, o corpo social da FAU constituiu, na última Congregação da

Unidade, dia 3, uma comissão para acompanhamento das obras e das condições de uso do edifício. O diretor Mauro Santos informou que objetivo é repassar as informações para a comunidade acadêmica e pressionar a reitoria para o restabelecimento da rotina normal no prédio. “Estamos cobrando um cronograma de obras. Algumas ações foram tomadas pela reitoria, mas elas não têm conseguido responder às demandas”.

Em abril, a reitoria prometeu que, num prazo de 20 dias, apresentaria para a FAU um cronograma com a indicação de quando o 5º andar estaria liberado para funcionamento. O calendário levaria em consideração o prazo necessário para a recuperação da subestação elétrica do 9º andar. “Isto ainda não foi feito, nem saberemos quando será”, reclamou o diretor da unidade.

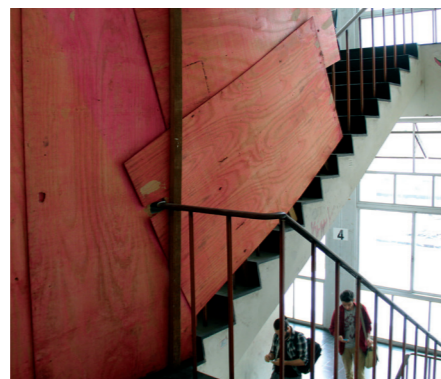
Os estudantes também expressam preocupação quanto ao futuro. Douglas Ramalho cursa o terceiro período na FAU. Ele relata que a rotina precária de aulas não é o que mais o aflige. “O maior problema é a indefinição quanto ao calendário acadêmico, quanto às obras. Temos pouca ou nenhuma informação consistente sobre o que vai acontecer nas próximas semanas, nos próximos meses”, disse.

Para ele, foi correto o posicionamento da Congregação em manter o início do segundo semestre para o dia 4 de setembro. “Eu acho que, se pararmos por completo, ficaremos numa situação de ainda mais indefinições, já que não temos nenhuma previsão de normalização do prédio. Se, com a gente aqui, fiscalizando e pressionando, já não surte muito efeito, imagina se o edifício ficar completamente vazio? Vai ficar esquecido”, conclui.

REITORIA EXPLICA

A assessoria de imprensa da reitoria informou que estão previstos no orçamento deste ano: R\$ 1,4 milhão para reforma estrutural das áreas atingidas pelo incêndio; R\$ 1,8 milhão para reforma da rede elétrica e R\$ 258 mil para a rede hidrossanitária. Apesar de constarem do orçamento, os valores ainda dependem das liberações do MEC. Ainda ficariam de fora as reformas dos elevadores, do Bloco D e a recuperação da infraestrutura de TI. De acordo com a Administração Central, a etapa de estrutura já foi licitada e a empresa, escolhida. Os projetos das partes elétrica e hidráulica foram aprovados pelo Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (o prédio é tombado). As licitações estão sendo preparadas, mas ainda não há prazos. Já os elevadores permanecem parados por falta de peças.

No site <https://ufrj.br/gabinetedecrise>, existe um cronograma de obras, mas não há datas de conclusão definidas para parte das medidas anunciadas. Por exemplo, a reforma da rede hidráulica tem previsão de conclusão em seis meses, a partir de abril, assim como a reforma da rede elétrica. Mas o conserto dos elevadores não possui prazo definido, assim como a reforma estrutural nas áreas afetadas do prédio.



LISTA DE DEMANDAS

- ✓ Ampliação da ocupação do térreo, mezanino, 3º, 4º e 5º pavimentos do Bloco A;
- ✓ Obras estruturais do 7º, 8º e 9º andares;
- ✓ Apresentação do cronograma de obras;
- ✓ Requalificação do Bloco D;
- ✓ Obra definitiva nas instalações hidrossanitárias, de telefonia e de rede lógica;
- ✓ Recuperação da rede elétrica com garantia de utilização de ar-condicionado;
- ✓ Apresentação de Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico;
- ✓ Garantia das condições de segurança e salubridade do edifício;
- ✓ Pleno funcionamento dos elevadores.

Duas chapas disputam direção da Adufrj

DA REDAÇÃO

comunica@adufrrj.org.br

Três debates estão programados entre as duas chapas que disputam a direção da Adufrj. Representantes da chapa 1, Universidade para a Democracia, e chapa 2, Adufrj-SSind de Luta e pela Base, vão confrontar suas propostas nos dias 29 (Faculdade Nacional de Direito) e 31 de agosto (Fundão) e em 5 de setembro (Praia Vermelha).

As eleições acontecem nos dias 11 e 12 de setembro para um mandato até 2019. O pleito também irá renovar o Conselho de Representantes. Candidatos ao colegiado podem se inscrever até 1º de setembro.

No início da semana, a Comissão Eleitoral, presidida pelo professor Flávio Alves Martins (FND), homologou as candidaturas das duas chapas. Têm direito a voto docentes sindicalizados até 13 de julho de 2017.

Além da homologação das chapas, a comissão, que vai se reunir sempre nas tardes das segundas-feiras na Adufrj, aprovou o calendário do processo eleitoral, inclusive datas e locais dos debates que serão transmitidos pela internet.

Outra decisão da Comissão Eleitoral foi definir que uma publicação específica de material eleitoral das chapas terá duas edições até o pleito. O conteúdo deverá ser entregue já formatado à Comunicação da Adufrj.

PROJETO DE CONTROLE DA DENGUE CHEGA À UFRJ

Reduzir a incidência das doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti* de forma natural, segura e autossustentável. Essa é a proposta de um projeto da Fiocruz que deve ser implantado em outubro, na Cidade Universitária.

A pesquisa consiste em introduzir num determinado local uma população de mosquitos com a bactéria “Wolbachia”. Ela evita que os vírus da dengue, da zika e da chikungunya sejam passados aos seres humanos durante a picada.

Gabriel Silveira, gerente operacional do projeto e pesquisador da Fiocruz, explicou que a bactéria é uma alternativa para o controle das doenças. “Há 40 anos, tentamos eliminar o mosquito, mas sua incidência é uma coisa absurda, imensurável. A Wolbachia entrou como uma chance de continuarmos a conviver com o mosquito, só que não sendo mais capaz de transmitir doenças”, diz.

ISABELLA DE OLIVEIRA

Estagiária da Adufrj

AGENDA DE DEBATES

TER, 29 de agosto, 10h
Salão Nobre da Faculdade de Direito

QUI, 31 de agosto, 14h
Sala E-212, Centro de Tecnologia, Fundão

QUI, 5 de setembro, 18h
Auditório da Escola de Serviço Social, Praia Vermelha

LEIA MAIS: Integrantes das chapas e outras informações no site e na página da Adufrj no Facebook

Sentença favorece docente

> **Juiz considerou que Suzana Borschiver não cometeu racismo**

Acusada de racismo por uma ex-aluna em 2012, a professora Suzana Borschiver, da Escola de Química, acaba de receber uma grande notícia: o juiz Mário Cunha Olinto Filho, da 2ª Vara Cível, considerou que a denúncia se baseou em um “argumento falso”. Ele decidiu, no início de agosto, que a docente deve ser indenizada pelos danos morais sofridos à época. A ré, Andreia Silva de Souto, foi penalizada em R\$ 15 mil, além dos custos jurídicos do processo. Cabe recurso.

“Assim como é repugnante qualquer tipo de discriminação sob qualquer argumento (social, de cor, de credo), é igualmente repugnante, se valendo de um argumento falso, utilizar-se de uma determinada condição para criar constrangimentos”, diz trecho da decisão.

O caso repercutiu na mídia há cinco anos. E motivou a ação da docente contra a aluna. “A questão financeira é a que menos me preocupa.

Quero uma reparação moral”, afirmou Suzana Borschiver. “Você vê seu nome no jornal e, do dia para noite, a carreira, que você construiu com dignidade e cuidado, é jogada na lama”, lamentou.



Elisa Monteiro

Suzana Borschiver: “Quero uma reparação moral”

LEIA MAIS NO SITE DA ADUFRJ